

Sonhar a *modernidade* e edificar a identidade: impasses e embates na construção do potiguar¹.

João Maurício Gomes Neto²

Em 25 de dezembro de 1599, Natal, antiga Vila dos Reis, teria sido alçada à condição de cidade. O relato sobre o evento, bastante conhecido, dá conta de uma cidade só no nome, haja vista contar apenas com algumas dezenas de casas e sem estrutura alguma que fizesse jus ao título. Na verdade, a condição cidadina tinha sido motivada mais por questões de ordem militar, na estratégia lusitana de ocupação territorial, de maneira a evitar que outras nações europeias, a exemplo da França e Espanha, se apossassem do “seu” território no novo continente. Passados três séculos, o cenário não mudara muito. A cidade continuava pequena, acanhada, sem nada que justificasse, além da localização estratégica, o posto de capital.

A cidade do Natal, antiga Villa dos Reis, completa hoje trezentos annos. Iniciada a 25 de dezembro de 1597, por Manoel de Mascarenhas que, de pazes feitas com os potyguares, começou com elles e com alguns colonos a construção do pequeno núcleo, ella conta, tres seculos depois, pouco mais de dez mil habitantes. Não há necessidade de mais simples e nem mais forte argumento para demonstrar a fraqueza das origens, a incapacidade ethnologica que tres seculos apenas foram suficientes para fazer conhecer. (GREMIO, 1898, p. 3)

A constatação é de Antônio de Souza³, em artigo publicado na Revista do Gremio Polymathico⁴, em 1899. O Gremio era uma entidade que agregava parcela

¹ Reflexões oriundas da dissertação de mestrado intitulada “Entre a ausência declarada e a presença reclamada – a identidade potiguar em questão”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN.

² Mestre em História – PPGH/UFRN. E-mail: mauriciocern@yahoo.com.br

³ Antônio José de Melo e Souza, conhecido também pelo pseudônimo Polycarpo Feitosa, com que assinava alguns de seus textos, teve vida política e cultural intensa no Rio Grande do Norte. Foi deputado e senador, governou o estado em duas oportunidades e também atuou como Procurador da República, além de sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico/RN, escritor, jornalista, poeta, historiador, contista e romancista.

⁴ Utilizamos aqui a escrita da época, qual seja, 1898. Segundo Cascudo, “O Grêmio Polimático editou um revista (1898-1900) de estudos, séria, equilibrada, colaborada pelos corifeus políticos e intelectuais, Alberto Maranhão, governador do Estado, dr., Antônio José de Melo e Sousa, coordenador das colaborações de história, crítica, etc. O dr. Sousa, Polycarpo Feitosa, romancista, fixou a orientação de

considerável da elite artística e intelectual do estado à época. No mesmo artigo, reclama da ausência de documentos que permitissem construir uma narrativa para a cidade, sobretudo no que concernia a sua história colonial. Segundo afirmava, na historiografia do país naquele período, pouco ou nenhum destaque se dava ao estado na narrativa da nação brasileira. Cita, como exemplo, a “famosa *Historia da America Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta”, onde não se dedicam mais que três parágrafos à província do Rio Grande.

Ao se debruçar sobre a questão do povoamento europeu na América lusitana, relata que, para estas terras, na difícil empreitada colonizadora, teria sido enviado o que de pior existia em Portugal, os degradados, judeus (considerados, naquele contexto, piores que degradados) e mulheres de vida livre. A colônia era uma espécie de “azylo, couto e homizio garantido a todos os criminosos” (*Op. Cit.*, 4).

Assim, Souza dava a entender que, a começar pelo povoamento, a formação histórica da colônia do historiógrafo João de Barros evidenciava que a constituição de um núcleo civilizatório naquele espaço não era missão das mais fáceis. Se os três séculos de existência não foram suficientes para construir a civilização sonhada, nos moldes dos romanos ou dos estadunidenses – analogia usada pelo autor – a trajetória, a formação histórica da colônia ajudava a explicar e entender os motivos dessa anomalia.

Mas isto, conforme argumenta Antônio de Souza, não inviabilizava seu futuro. Havia luz no horizonte, pois o estado dava mostras de carregar consigo a perspectiva de um embrião de qualidades vantajosas para essas plagas. A história, que tão bem elucidava os motivos pelos quais não se criara ainda uma civilização, não impedia nem determinava o seu destino:

Em tres seculos de demorada evolução a raça ainda não formada mostra como, todavia, signaes demonstrativos de uma futura vitalidade prometedora e fecunda, o embryão, ainda pouco desenvolvido, mas vivaz, de qualidades vantajosas de resistênciã e de energia garantidoras de um porvir auspiciosos. (GREMIO, 1898: 6)

sua análise. A publicação pretendia, ao que se deduz, repetir a *Revista Brasileira*, com colaboração escolhida, assuntos de pesquisas, evitando folha seca e chave-de-ouro. Os colaboradores foram o juiz Meira Sá, os historiadores Vicente de Lemos, Luiz Fernandes e Tavares de Lira, o jornalista e advogado Manuel Dantas, folclorista intuitivo, geógrafo nato, grande divulgador de curiosidades, o educador Pinto de Abreu, o dr. Horácio Barreto, desembargador Ferreira Chaves, então magistrado, Pedro Avelino, jornalista de combate, Pedro Soares de Araújo, o dr. Homem de Siqueira, poeta, ensaísta, e Tomas Gomes da Silva. Não houve muita influência. A revista era mais admirada que invejada. Muita hirta para o familiar Natal de 1900.” (CASCUDO, 1999, p. 400).

A narrativa que o autor constrói acentua um estado em formação. A história dita mestra da vida, conforme assertiva de Cícero, não contribuía na construção do ser potiguar. Antes, explicava porque ele ainda não era. A história elucidava as causas pelas quais ainda não tinha se construído uma civilização por estas plagas: não havia, no passado, um evento glorioso, que servisse de mote à edificação da *potiguaridade*. Assim, restava a alternativa de projetar, no futuro, a sua emergência.

Na busca por encontrar seu porvir auspicioso, se a história do estado não era uma boa mestra, poderia, no entanto, mirar-se nas trajetórias de outras civilizações. Por isso, não é sem motivos a existência das referências tecidas pelo autor em relação aos romanos e estadunidenses. Aquelas tinham sido civilizações novas, oriundas de dois núcleos tradicionais, Grécia e Inglaterra respectivamente, mas com grande potencial de desenvolvimento, a ponto de construírem identidades próprias. Eram estes *espaços de experiência*⁵ (KOSELLECK, 2006), portanto, que o Rio Grande do Norte deveria tomar como espelhos.

Uma década depois das inquietações de Antônio de Souza, o século XX começava a plantar o horizonte norte-rio-grandense, as marcas iniciais de *modernidade*, o que pareceria indicar a transformação de um sonho em realidade. Natal despia-se de suas vestimentas velhas na difícil caminhada ao encontro do novo, conforme testemunham as representações construídas por Eloy de Souza⁶ e Manoel Dantas⁷, em duas conferências proferidas em 1909, repletas de significados que davam pistas das mudanças porque passava o estado, com especial destaque à sua capital, projetando o cenário vindouro.

⁵ Sobre *espaço de experiência e o horizonte de expectativa*, ver KOSELLECK (2006), principalmente o texto “Espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas (p. 305 – 327).

⁶ Eloy Castriciano de Souza nasceu em Recife, “irmão dos poetas Auta de Souza e Henrique Castriciano, filho primogênito do deputado provincial Eloy Castriciano de Souza” firmou-se profissionalmente como jornalista. Na “política, ocupou os cargos de deputado federal e senador da República”. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde se tornou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. (CARDOSO, 2000, p. 219).

⁷ Nascido em Caicó, Manoel Gomes de Medeiros Dantas foi jornalista. Formou-se em Direito na Faculdade de Recife e segundo Cardoso, “coube-lhe a tarefa de instaurar a justiça federal no Estado” (2000, p. 515). Foi Deputado Estadual (1907-1909), Presidente do Governo Municipal de Natal (1924), ocupou ainda outros cargos no setor público, como Diretor e professor de Instrução pública e Procurador Geral do Estado.

A riqueza trazida, sobretudo, pela atividade algodoeira que despontava desde as décadas finais do século XIX, foi conferindo à capital equipamentos urbanos, melhoria na infraestrutura e alterações no seu traçado, que permitiram a projeção de desejos, de sonhos para um futuro auspicioso. Inaugurar a primeira ferrovia em 1883, ligando a capital a Nova Cruz, e a segunda, instalada seis anos depois, a qual ia até Mossoró, estabelecendo, enfim, comunicação mais efetiva entre a capital e o interior do estado (o que era um problema reclamado desde quando capitania do Rio Grande) era evidência desse processo.

Ao debruçar-se sobre o contexto da escrita de Manoel Dantas, visando a entender melhor o que era Natal nas primeiras décadas do século XIX, Lima aponta mais elementos nesse processo de estruturação:

[...] Já em 1895, população conheceu o fonógrafo, exposto como uma novidade para a população. Em 1904, foi inaugurada a iluminação a gás de acetileno na Cidade Alta e, em 1906, na Ribeira. Dois anos depois, em 1908, entrou em funcionamento a primeira linha de bondes, puxados por animais, ligando a Cidade Alta à Ribeira. As linhas de bondes elétricos só foram instaladas em 1911, ano que foi inaugurado o primeiro cinema de Natal, o Politeama. Na ocasião, foi ampliada a rede de telefones, e foi construído um balneário público na Areia Preta; também verificou-se, na ocasião, a construção de usina de eletricidade, o que permitiu a substituição da iluminação a gás pela iluminação elétrica. Completando esse quadro, cabe ainda registrar a criação, em Natal, da Junta Comercial (1900), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902), da Sociedade Agrícola (1905), do Banco de Natal (1906) e, em 1909, do Liceu Industrial. (Santos, 1998) No plano cultural, o governador Alberto Maranhão (1901 – 1904 e 1908 – 1913) incentiva as letras e as artes, promovendo recitais, premiando autores e publicando livros. (2000: 23).

Eram passados, então, 10 anos do desejo esperançoso de Antônio de Souza, expresso na Revista do Rio Grande do Norte (1898), quando relatara o sonho de um porvir auspicioso, que apagasse as marcas chatas, deixadas por três séculos de sonolência e, praticamente, nenhuma relevância no cenário nacional.

A conferência de Eloy de Souza foi proferida em 20 de fevereiro de 1909. Intitulada *Costumes Locais*, nela, o autor procura traçar como se formaram os hábitos culturais no estado, destacando a tradição oral literária, vestimenta, danças, crenças, os

modos de viver e de relacionar-se do povo, incluindo aspectos da cultura material, a exemplo da configuração das casas, e situa o sertão como lugar da *tradição*⁸:

Se quereis amar de um amor melhor a nossa terra, minhas senhoras e meus senhores, ide ao sertão. Lá existem as nossas energias latentes, e lá vivem tradições que não prezamos, uma coragem ignorada, a da fortaleza dos simples, a bondade dos fortes, a alegria dos sãos e todo o lento martírio de uma raça em desesperada luta contra uma natureza madrasta. Muito embora o constante sobressalto por infortúnios ainda não conjugados, dá gosto ver a naturalidade e ingênuo entusiasmo com que a gente sertaneja celebra suas festas tradicionais. (SOUZA, 1999: 24).

Depois de relatos, causos e acontecidos que confirmariam suas impressões, o conferencista enfoca as mudanças pelas quais passavam a capital dos potiguares, e são essas transformações um dos motes centrais de sua fala.

Eloy de Souza percebe que algo estava a acontecer, sente no ar, melhor, no cotidiano, evidências da mudança, deseja relatar que as coisas não mais caminham como dantes, e procura cravar essas marcas na sua narrativa, mostrando que, por toda parte, a velha Natal agoniza e cede lugar à “visão do seu renascimento, toda uma fase de glória que surge nas aspirações da cidade de hoje, confiante no futuro desta generosa terra” (p. 46):

Natal, minhas senhoras e meus senhores, se transforma e sente-se que aos poucos irá deixando essa amarga tristeza que ainda lhe dá um aspecto soturno e mau. [...]
A cidade desperta de seu sono três vezes secular e eu sinto bem a alegria de ver que a estão vestindo de novo, para alegria de uma vida nova. [...]
O mesmo esforço que tem rasgado avenidas empedra o areal, ameniza as ladeiras, saneia as terras alagadas. Começou a viação urbana e o bonde cimentará de vez a obra de pacificação entre os dois bairros.
Por toda parte a visão de agonia do velho Natal...
Tudo mudado. Metade de uma geração levou para a sepultura costumes simples, tradições ingênuas, hábitos pitorescos, e alguma coisa que por ventura reste desse passado irá antes de nós ou irá conosco na voragem do tempo, na pressa do progresso impaciente. (SOUZA, 1999: 44-45).

⁸ Aquí, nos referimos a *tradição* no sentido problematizado por HOBBSAWM e RANGER (2002).

Enquanto dormitava, a *modernidade* era sonhada, para, então, acordar na própria *modernidade*. Era como se, nos três séculos de sono profundo a que fora submetida, fizesse a passagem de cidade onírica à capital real. O *progresso* podia se ver e sentir nas suas ruas, becos e vielas, a sepultar a condição de acanhamento a que fora submetida durante trezentos anos.

Assim, até a primeira década do século XX, o Rio Grande do Norte vivenciava uma realidade que as elites econômica, intelectual e artística locais – as quais se imbricam em vários momentos, – costumavam pintá-la em tons escuros, num misto entre o sombrio e o pesadelo fadado a não cessar. Se Eloy de Souza evidencia em sua fala o curso das transformações que se operavam no estado, Manoel Dantas cuida de desenhar, de projetar a forma e o conteúdo do futuro. E é a arquitetura do porvir que procura expressar, na conferência *Natal daqui a cinquenta anos*, numa narrativa prodigiosa, que mistura conto, ficção, humor, ironia e deixa livre a imaginação para sonhar com as mudanças a serem operadas naquela espacialidade, cujo auge, na previsão do autor, seria o ano de 1959.

Manoel Dantas é um personagem singular nesse contexto: um sertanejo com sede de *modernidade*. E é aqui que se situa a aporia apresentada por Tarcísio Gurgel⁹, o qual situa Dantas entre a tradição e a vanguarda. Mesmo oriundo do sertão, região conhecida por seus habitantes construírem manifestações culturais mais tradicionais, pouco afeitas a modismos ou novidades, ele se mostrava, entretanto, aberto ao novo, a ponto de divulgar “um resumo do famoso manifesto Marinetti, numa província dominada pelo romantismo itajubiano¹⁰” (GURGEL in LIMA, 2000: 9):

Dantas resumiu, em sua figura, uma dupla – e aparentemente contraditória – condição: era sertanejo, de raiz, escrevendo sobre temas regionais e figuras avoengas e era igualmente, um cosmopolita, capaz de intuir a importância da tramitação mental que ocorria no mundo e tornar-se se divulgador. (*Op. cit.*, 09).

⁹ Ver a apresentação que o autor faz do livro *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna*, de autoria de Pedro Lima (2000), este último, professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹⁰ Remete-se ao poeta e escritor norte-rio-grandense Manuel Virgílio Ferreira Itajubá, autor de *Terra Natal*, *Harmonias do Norte*, *Lenda de Extremoz* e *Perfil de Jesus*.

Na sua escritura do futuro, o passado ocupa papel destacado. É por isso que, embora o objetivo principal dela seja traçar o porvir, regride a um tempo sem tempo e constrói o mito da fundação de Natal, repleto de alegorias comuns à *tradição* religiosa cristã, com especial destaque à católica. A respeito da consagração de um espaço sagrado¹¹, Mircea Eliade lembra que:

De fato, o lugar nunca é “escolhido” pelo homem; ele é simplesmente, “descoberto” por ele, ou por outras palavras, o espaço sagrado *revela-se-lhe* sob uma ou outra forma. A revelação não se produz necessariamente por intermédio de formas hierofânicas direta (*este* espaço, *esta* nascente, *esta* árvore, etc.); ela é obtida, por vezes, através de uma técnica tradicional saída de um sistema cosmológico e baseado nele.” (ELIADE, 1993: 297. Grifos do autor).

É válido ressaltar não ser nosso intento aqui estabelecer análise profunda sobre os espaços sagrados e profanos presentes na fundação mitológica de Natal elaborada por Manoel Dantas. A conceituação interessa no sentido em que nos possibilita compreender a função desse tipo de narrativa, mas, para nós, está manifesto que, ao encetar uma origem mítica, sagrada para a espacialidade em questão, não a fez tomando por base uma figura totêmica, central na constituição de narrativas míticas. Todos os presentes e ouvintes da palestra do autor estavam cientes de que aquela origem da fundação da capital conforme imaginada por ele, não ocorrera daquela maneira. Eles não compartilhavam do mesmo totem e até mesmo Dantas estava cômico de que ela não transcorreria como explanara.

Sua narrativa mitológica, ao se apropriar das ambivalências profano e sagrado, bênção e castigo, estava mais no campo da metáfora, buscando “efeito” no enredo. Apesar de chamar atenção a alegoria imaginada, está claro que não foi intento do autor fazer com que, ao final de sua palestra, todos passassem a compartilhar do evento da fundação tal como concebera, ou melhor, tal como “metaforizou”.

Ressalvamos ainda que, ao nos remetermos à ideia de narrativa mitológica, não indica percebermos a narrativa de Manuel Dantas no campo da “invenção mentirosa”,

¹¹ Ver especialmente: *O espaço sagrado: templo, palácio centro do mundo; Morfologia e função dos mitos e A estruturação dos símbolos*, in ELIADE (1993). Ainda sobre o pensamento mítico, ver: *O mito como forma de intuição*, in CASSIRER (2004).

como quem dissesse, “isto é mentira, todos sabem que os fatos não se deram desta forma”. É mitológica devido a sua estruturação, às alegorias das quais faz uso.

Na verdade, a criatividade imaginária com que compõe sua narrativa tem relação intrínseca ao *espaço da experiência* do autor, que, a partir dele, projeta seu *horizonte de expectativa*. Afinal, durante os três primeiros séculos de existência, a capital norte-riograndense foi, via de regra, representada como uma “cidade só de nome”, um “corpo sem cabeça” que ocupava o posto de sede administrativa da província, mas sem, contudo, ter nenhuma proeminência sobre o interior desta, além de ver-se castigada ao isolamento, entre o “rio, o mar e as dunas”.

Pensada neste contexto, a narrativa de Dantas apresenta conotação incrivelmente real, mesmo que, conforme destacamos, não seja intuito nosso estabelecer alguma dicotomia entre “realidade” e “invenção” a partir de seu enredo. O percebemos antes, como a enunciação de um estado de coisas que lhe causava desconforto, acompanhada de um desejo de mudanças nesse estado de coisas, desejo este expresso por meio da imaginação de como seria o porvir.

É interessante atentar também para a maneira como incorpora ao mito fundador, personagens que depois teriam sua atuação destacada pela historiografia acerca da antes capitania do Rio Grande, depois província, e finalmente, estado do Rio Grande do Norte. O primeiro deles é Jerônimo de Albuquerque¹², que, segundo a narrativa construída por Manoel Dantas, tinha em mente fundar uma cidade em homenagem ao nascimento de Jesus:

Rezam velhas crônicas que quando Jerônimo de Albuquerque, no intuito de fundar uma cidade cujo nome lembrasse o natalício de Jesus de Nazaré, aprou para estas bandas, apareceu-lhe no convés da caravela que bordejava fora da barra, incerta do ancoradouro, uma criança divinamente bela que lhe apontou o rumo do porto seguro e do seguro abrigo. Vasta floresta cobria o solo rico de selva virgem de ser humano. O índio bravio passava de lado deslumbrado pelos clarões que iluminavam as florestas e amedrontado pelo som de vozes estranhas que estrondeavam como trovões. Havia a tradição de ser ali o paraíso escolhido pelo Senhor para lhe prestarem culto na terra. (DANTAS in LIMA, 2000: 68).

¹² Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nascido em Olinda, foi terceiro capitão-mor do Rio Grande. É apresentado por Cardoso, “juntamente com o Pe. Francisco Pinto, [como] o artífice da paz com os índios, possibilitando o lançamento dos alicerces da colonização”. (2000, p. 347. Grifo nosso).

O intento de Jerônimo de Albuquerque em fundar uma cidade cujo nome homenageasse o nascimento de Cristo é transformado agora, por graça e obra do próprio menino Jesus, num espaço mitológico, “no paraíso escolhido pelo Senhor para lhe prestarem culto na terra”¹³. Todavia, o lugar escolhido pelo Senhor para que a humanidade lhes rendesse reverências e homenagens acabou maculado pela ação humana, por meio do derramamento de sangue entre os homens, cuja ação destruidora, gananciosa e genocida transformou o paraíso na terra, conforme desígnios divinos, numa espacialidade onde a virtude, a paz e o amor escassearam. Veio, então, o castigo:

E a cidade surgiu nesse mesmo dia, à sombra da Cruz, em honra do Senhor. Desencadearam-se, porém, as paixões indomáveis. O ódio, a vingança, a cobiça, substituíram, a virtude, a paz e o amor; o sangue derramado tingiu de rubro o solo virgem; as árvores da floresta caíram feridas de morte pelo fogo e o machado destruidores; o homem deu caça ao homem. Veio um dia um furação, encrespou as ondas e cavou o fundo do mar, donde tirou um lençol de areia alvíssima com que envolveu a cidade do senhor como um sudário. Ao longe, de mar a mar, ciclopes de areia ficaram velando a execução do castigo. (*Op. cit.*, 68-69).

As dunas, na condição de “ciclopes de areia”, cuidavam para que o antes espaço sagrado não fugisse ao merecido castigo, devido o fato de seu povo errante ter se deixado levar por caminhos tortuosos. E seu castigo foi permanecer submersa no areal, perambulando sem destino e sem *progresso*¹⁴, dormindo um sono profundo, vivendo o pesadelo de uma noite de mais de trezentos anos.

Entrementes, apesar da postura errante e do merecido castigo, durante a noite três vezes secular que se seguiu, a postura brava e elogiosa de alguns dos seus habitantes neste período, a exemplo de Felipe Camarão¹⁵, Juvino Barreto¹⁶, Pe. João

¹³ Sobre a utilização de imagens mitológicas como é referenciado aqui, ver PORTELLI (1996) *O massacre de Civitella Val di Chiana* (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In AMADO (1996). p. 103-130, em especial páginas 119 e seguintes.

¹⁴ Como lembra KOSELLECK (2006), “O ‘progresso’ é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa.” (p. 320).

¹⁵ Antônio Felipe Camarão, “designado governador geral dos índios do Brasil”, “[...] o índio Poti é um dos libertadores do Nordeste” na luta contra a presença batava na América Portuguesa. (CARDOSO, p. 245, 2000).

¹⁶ Natural de Aliança/PE, Juvino César Paes Barreto é frequentemente apontado como “pioneiro do processo de industrialização do Rio Grande do Norte”, além de “filantropo e patriota”. (op. cit., p. 457).

Maria¹⁷, Augusto Severo¹⁸, Pedro Velho¹⁹, Auta de Souza²⁰ e Segundo Wanderley²¹, semeou frutos de esperanças e fez com que a capital, depois de muita penitência, fosse agraciada com o perdão, podendo reencontrar-se com seu porvir. Agora, o mar de areia que a castigava, engolia e asfixiava, seria, finalmente, “empedrado” pelo *progresso*:

Mas a semente plantada na terra dantes abençoada foi medrando, foi medrando, e travou-se, dentro em breve, a luta da vida que desponta contra a areia do deserto que asfixia. A pouco e pouco, formaram-se oásis, onde o homem nasceu, cresceu, viveu, amou e morreu. Mas, sempre intensa e forte, sem tréguas e sem mercê, a luta da semente que quer medrar no deserto de areia que a quer matar, até o dia em que a criança, que guiara a bordada nau de Jerônimo de Albuquerque, bradou do alto do **Perigo Iminente**²².

Ó tu, cidade bendita, que soubeste viver sob o sudário de areia, sem blasfemar a vida;

Ó tu, que escreveste a primeira epopéia da coragem guerreira de Felipe Camarão;

Ó tu, que presidiste a eclosão da atividade industrial de Juvino Barreto e da caridade cristã de João Maria;

Tu, que foste o berço onde se aninhou o sonho alado de Severo e a crisálida donde partiu o gênio criador de Pedro Velho;

Tu, que Auta de Souza purificou com a prece imaculada de seus versos e Segundo Wanderley enalteceu com os arroubos de sua inspiração; - **surge et ambula**. (DANTAS in LIMA, 2000: 69. *Grifos do autor*).

Depois de explicar, por meio mito da fundação, os motivos pelos quais a capital norte-rio-grandense esteve submersa na areia durante três séculos, Manoel Dantas

¹⁷ Nascido em Caicó, o padre João Maria Cavalcanti de Brito foi vigário em várias cidades do estado, até se fixar em Natal, onde faleceu em 1905, sendo considerado um santo por muitos norte-rio-grandenses devido a sua “caridade cristã”.

¹⁸ Augusto Severo de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba. No campo da política, foi “Deputado estadual à Constituinte, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte em 1893” (op. cit., p. 107). É referenciado como “o domador dos ares”, pioneiro da aviação no Estado.

¹⁹ Irmão de Augusto Severo, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal. Fundador do partido Republicano no estado, no cenário político, ocupou os cargos de governador e senador.

²⁰ Nascida em Macaíba, a poetisa Auta Henriqueta de Souza é considerada um expoente da literatura potiguar.

²¹ Manoel Segundo Wanderley era natalense e louvado costumeiramente lembrado como o “primeiro dos poetas potiguares”. Também foi médico e dramaturgo.

²² Perigo Iminente, segundo Manoel Dantas (2000, p. 65), “é um morro célebre, leste da cidade, que nem todos os senhores conhecerão pelo nome, porém todos certamente conhecem pelo aspecto imponente”. Assim, subentende-se que o Perigo Iminente representava as dunas em sua sede de engolir a cidade, mas que a força do *progresso* até 1959, cuidaria de transformá-las, dando-lhe nova roupagem, trazendo-lhe a *modernidade*.

retoma o curso central de sua narrativa, qual seja, projetá-la *daqui a cinquenta anos*. Segundo ele, a partir de 1915, algumas transformações seriam perceptíveis. Um exemplo seria a extirpação do mal da seca, que tanto flagelava a população interiorana, pela engenhosidade humana, a qual a transformaria num pântano, num “brejal”, onde se produziria agricultura riquíssima para abastecer Natal, então, uma das aglomerações urbanas mais importantes do mundo. Conforme projetava, por volta do ano 1920, já se poderia dar vivas a uma espacialidade nova, moderna, sepultando o atraso passado:

Foi pelo ano de 1920, na quinta ou sexta presidência do meu nobre amigo, coronel Quincas Moura, que a cidade tomou seu primeiro impulso, como gigante que estremece. S. Exa. Compreendeu que era tempo de agir. E, ao sopro de sua vontade enérgica, a cidade antiga sepultou-se na sombra de uma recordação do passado para ceder lugar à Natal moderna, bela e radiante, com suas avenidas, parques e praças, com suas árvores, muitas árvores, sombreando o asfalto e oxigenando o ar. Todos os serviços municipais foram reorganizados. Dinheiro não faltava porque o estrangeiro disputava a colocação de capitais nas obras de melhoramentos duma cidade que se destinava a ser uma das maiores metrópoles do mundo. (*Op. cit.*, 75).

Todavia, o ápice, o conjunto da transformação seria finalmente contemplado em 1949. No cenário imaginado, as obras são colossais. As construções impressionam pela *modernidade*, suntuosidade e bom gosto. Ruas e avenidas largas. Há hotéis, cassinos e teatros ao ar livre, “servidos por telefone e fotografia a distância, exibem telas luminosas, as óperas e outras peças de efeito que a esta mesma hora entusiasmam as casas de espetáculo de Paris, Londres e Nova York” (p. 70). Parques e praças. O rio Potengi cortado de pontes. Fábricas, docas, armazéns, oficinas, casas de negócios, albergues, estalagens e casas de campo. Bolsa de valores e o “Banco do Natal”. Uma estrada de ferro central, que atira Natal “nos braços do sertão”. Uma estrada de Ferro Pan-Americana ou transcontinental²³. O transatlântico *Cidade do Natal*, “palácio flutuante de 40.000 toneladas” (p. 70). “Tubos pneumáticos, aeroplanos, tramways e ascensores elétricos” (p. 69) dificultam, pela gama de opções disponíveis, o meio de transporte a ser escolhido para visitar o Perigo Iminente. (p. 69-73).

²³ É interessante atentar para o percurso da viagem intercontinental: Parte “de Londres, passa o canal da Mancha, percorre a Europa e o norte da Ásia, atravessando o estreito de Behring, corta a América do Norte, galga o cimo dos Andes, desce pelos campos gerais de Mato Grosso e Goiás, segue o Vale do S. Francisco, paira sobre a Cocheira de Paulo Afonso – uma fantasmagoria através das luzes de miríades de lâmpadas elétricas – e vem terminar em Natal”. (DANTAS in LIMA, 2000, p. 70).

O conferencista vai imaginando a configuração de cada bairro. A Ribeira concentra o comércio e o centro financeiro; na Cidade Alta, “trava-se a luta da resistência entre o passado e o presente” (p. 72); Cidade Nova é o lugar da aristocracia, “onde a riqueza impressiona pelo luxo e o bom gosto”; o Alecrim, “grande bairro operário” (p. 72); Morro branco avança às dunas e vence os “ciclopes” em direção a Ponta Negra; enquanto Guarapes vai se tornando o “burgo industrial” (p. 73). É assim que projeta a região atualmente correspondente a Rocas e Santos Reis, sob a alcunha de “bairro das Dunas”.

[...] cingido graciosamente pela avenida Beira-Mar, concentra a atividade do porto e formigueira de uma população cosmopolita; marinheiros, caixeiros viajantes, agentes de negócio, fufarinheiros, vagabundos, operários, gentes de todas as raças, docas, armazéns de depósitos, estaleiros, cais providos de guindastes elétricos, restaurantes, cafés-concerto, bares, bazares, dão-lhe o aspecto de uma espécie de pandemônio onde se ostentasse os esplendores e as misérias da civilização. No centro desse bairro, sobre um pedestal de granito em forma de algodoeiro, ergue-se a estátua de um grande homem tocando a máquina do progresso, vestido de S. Vicente de Paulo, desse cuja ação eficaz na expansão da cidade todos recordam agradecidos pelo impulso que souberam dar à primeira fábrica que determinou entre nós o movimento industrial, sendo ao mesmo tempo uma escola prática de solidariedade social e de caridade cristã. (DANTAS in LIMA, 2000: 71).

Monumentos espalhados pelas largas avenidas homenageiam as figuras ilustres, os “heróis riograndenses”, que encetaram a obra modernizadora e inscreveram os nomes na história, não deixando de ter, portanto, certo caráter didático e memorialístico. Dentro da *modernidade* sonhada, procurava-se fixar os marcos de uma *tradição* e cantar a *potiguaridade*.

No espaço ocupado agora pelas ruas que vão do Baldo às Rocas, corre a grande avenida central da – via **Sacra da Liberdade** – espécie de panteon dos heróis riograndenses que derramaram seu sangue por uma conquista qualquer do espírito humano. Numa das extremidades, a estátua do Camarão, símbolo da impavidez do índio afrontando o conquistador, porém subjogado afinal pela civilização e pela fé. Na outra extremidade, a estátua de André de Albuquerque²⁴,

²⁴ André de Albuquerque Maranhão nasceu em Canguaretama/RN. Proprietário do engenho Cunhaú, um dos maiores da Capitania do Rio Grande à sua época, foi coronel de milícias e comumente citado como “líder e mártir da Revolução de 1817”, (CARDOSO, 2000, p. 67).

personificando a posse definitiva do solo luta pela independência. Ao centro, a figura épica de Padre Miguelinho²⁵, emergindo de um vulcão, “onde consagram rútilos altares, o vinho do Direito e pão da Liberdade, trazendo na fronte augusta, unguida de pesares, o sereno palor dos místicos luars da traição”.

A via **Sacra da Liberdade** cruza com o parque Augusto Severo, onde se ergue, monumental e imponente, a gare internacional em frente ao monumento do grande aeronauta, que se assemelha a um ninho donde voa a águia, as asas espalmadas, como um pátio majestoso da Paz. (op. cit., p. 74-75. Grifos do autor).

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 3 ed. Natal: RN Econômico, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CASSIRER, Ernest. *O mito como forma de intuição*, in CASSIRER, Ernest. *A filosofia das formas simbólicas*, 2004. p. 133-243.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, jan-abril/1991, 11(5), p. 173-191.

ELIADE, Mircea. *O espaço sagrado: templo, palácio centro do mundo; O tempo sagrado e o mito do eterno recomeço; Morfologia e função dos mitos e A estruturação dos símbolos*, in ELIADE, Mircea. *Tratado das religiões*, 1993. p. 295-372.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTOG, François. *Fronteira e alteridade; Generalizar; As histórias como representação*. In _____: *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 111-141; 227-271; 313-367.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

²⁵ Miguel Joaquim de Almeida e Castro nasceu em Natal. Um dos líderes e principais ideólogos da Revolução de 1817, é, segundo Cardoso, “Considerado o maior herói da história norte-rio-grandense e um dos mártires da independência brasileira, ao lado de Tiradentes” (2000, p. 549).

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural; Sebo Vermelho, 2000.

MELO, Veríssimo de. *Natal há 100 anos passados*. Natal/RN: Sebo Vermelho edições, 2007.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 3. ed. revista e ampliada. Natal/RN: EDUFRN, 2007.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve Notícia da Província do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Potengi, 1971.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: problemática dos lugares*. In: Projeto história. São Paulo, 1993.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

SOUZA, Eloy de. *Costumes Locais*. Natal/RN: Ed. Sebo Vermelho; Verbo Idéias e ofícios, 1999.